



INFORMATIVO

Associação dos Empregados do Banco da Amazônia

24 de agosto de 2010

BANCO DA AMAZÔNIA: AS PERDAS SALARIAIS E O NEOLIBERALISMO

Alberto Ferreira Puty (*)

Na década de 60, antes do golpe de estado, duas categorias de trabalhadores tinham grande poder de organização: os bancários, principalmente os de bancos oficiais, e os petroleiros. Eram categorias que tinham obtido grandes vitórias em suas mobilizações para a obtenção de direitos e salários. No caso dos bancários sua jornada, aquela época já era de 30 horas semanais, e nos bancos oficiais haviam gratificações de quatro salários, sendo dois a cada semestre, portanto sua remuneração anual correspondia a 17 salários. Mas, havia uma divisão nítida entre os bancários dos bancos oficiais e os dos bancos privados. Enquanto os Bancários dos bancos oficiais tinham um bom salário, planos de saúde e previdência, licença prêmio de 90 dias a cada 5 anos, garantia do emprego e depois dos 10 anos a estabilidade, os bancários dos bancos particulares tinham salário bem reduzido e não tinham nenhuma das vantagens dos bancos oficiais. Nos bancos particulares só quem ganhava bem eram os gerentes e alguns chefes.

Era uma época da guerra fria, e o governo, as empresas estatais e mesmo as empresas privadas, tinham um discurso de que havia uma responsabilidade social das empresas para com os seus empregados. Era o contraponto da idéia social democrata ao socialismo nas décadas de 60 até 80, antes da queda do muro.

Durante o período da ditadura, mesmo com as dificuldades de organização, haja vista a conjuntura que impedia os movimentos sindicais, e que levou muitos líderes a prisão, foram respeitados os acordos anteriores e as reposições salariais foram feitas de acordo com a inflação. Somente, no Governo Figueiredo, com Delfim Neto no Ministério do Planejamento, em 1983, foi feito um ajuste salarial nas empresas estatais, quando as gratificações semestrais foram incorporadas e diluídas no salário mensal, o que não se constituiu perdas.

A partir daí, até o final do governo Figueiredo, onde já começava a despontar novamente as mobilizações sindicais, os bancários conseguiam a reposição anual das perdas salariais devido à inflação em sua data base, e podemos dizer que não houve perdas salariais significativas, embora

a inflação nessa época estivesse alta.

Com o processo de democratização, encarnado pelo governo Sarney, as dificuldades começaram a aumentar para os bancários e, nos anos de 1987 a 1989, as greves da categoria começaram a ocorrer, para a obtenção da reposição das perdas, principalmente, porque a inflação estava muito elevada e os empregadores não queriam fazer a reposição total. Portanto, nessa época, quase sempre as negociações passavam a ficar emperradas e o dissídio era resolvido pelo TST. Começava a ser dominante no mundo o neoliberalismo e no Brasil a idéia do estado mínimo também se espalhou e se consolidou na década seguinte, e muitas das ações econômicas, a partir daí, foram tomadas em consonância com esse ideal. Tanto é que, a partir de 1987 e nos anos 90, setores do governo buscaram acabar com o Banco da Amazônia, com posições de simples extinção, fusão, incorporação, etc. Porém, como em 1988, foi assegurado no processo constituinte a formação e sustentação de um fundo (FNO) que permitia ao Banco ter recursos financeiros estáveis para aplicar no desenvolvimento da Amazônia, com vistas a minimizar as disparidades regionais, as ações contrárias a sua existência continuaram, mas não tiveram êxito.

Os processos do Banco da Amazônia que eram, anteriormente, espelhados no do Banco do Brasil, passaram a ter seu próprio curso, tanto assim que nem sempre a reposição das perdas salariais conseguidas pelos empregados do Banco do Brasil era igual às obtidas pelos empregados do Banco da Amazônia e Banco do Nordeste.

Uma das grandes perdas para os Bancários do Banco da Amazônia ocorreu no dissídio de 1989, em sessão dirigida por Almir Pazzianotto, ex-ministro do Trabalho e que foi um dos colaboradores do Plano Cruzado, quando as perdas acumuladas do período (setembro/1988 a agosto/1989) eram de 215% e o TST impôs a reposição somente de 100%. Houve, portanto, para os bancários do Banco da Amazônia, apenas naquele ano, uma perda significativa no poder de compra, da ordem de 36,5%.

Até o plano real, as lutas da categoria bancária

foram grandes para se manter o poder de compra, sem contudo obter êxito na recuperação dessa perda. Porém, cabe destacar que em todos os planos econômicos, de alguma forma ocorreram perdas, seja do FGTS, nas cadernetas de poupança, etc., o que gerou ações judiciais em massa. Mas, de todos os planos econômicos o que mais destruiu o poder de compra dos bancários do Banco da Amazônia foi o Plano Real, porque entramos nele na pior situação.

No ano de 1994, nosso padrão monetário era o Cruzeiro Real, mas a partir de 27/05/94 (Lei 8880) foram estabelecidas as URV (Unidade Real de Valor) e os salários passaram a ter como referência essas URVs, em um processo que culminaria em julho na conversão ao real, que até hoje vigora. Os salários foram transformados através de fórmula que convertia os valores de Cruzeiro Real de 4 meses (novembro, dezembro/1993 e janeiro/fevereiro/1994) em URV dos respectivos meses e, através de média aritmética, chegava-se ao seu valor.

Como o salário ficava fixo durante um ano, pois a cada mês em setembro (data base) era aumentado para cobrir as perdas do ano anterior, quando houve sua conversão em URV pareceu a todos que tinha havido um aumento real, face a perda total das referências de preço nessa conjuntura hiperinflacionária.

O que de fato aconteceu foi um grande engodo, que iludiu a categoria dos bancários como pode ser visto nas tabelas abaixo apresentadas.

Tomando-se um salário de 1000 Cruzeiros Reais em 01/09/1993 (corrigido na data base da categoria), correspondente a 10,15 URV, este corrigido integralmente pela inflação deveria corresponder em 01/03/1994 a \$6.568,94 Cruzeiros Reais. Entretanto, ao ser tomada a média aritmética dos valores dos salários de novembro/1993 a fevereiro/94, convertidos em URV das datas respectivas, obtém-se 3,72 URV, valor este que, convertido em Cruzeiros reais, corresponderia a \$2.407,10. Isto significa que o salário se reduziu a 36,64% do seu valor, com uma perda de 63,36%.

MESES	URV	SALÁRIO EM UM	SALÁRIO EM URV	MÉDIA 4 MESES EM URV
SET/93	98,57	1000	10,15	3,72
OUT/93	132,65	1000	7,54	
NOV/93	178,97	1000	5,59	
DEZ/93	241,65	1000	4,14	
JAN/94	333,17	1000	3,00	
FEV/94	466,66	1000	2,14	
MAR/94	647,50			
MAI/94	1.844,69			

DISCRIMINAÇÃO	mar/94	mai/94
VALOR DE 10,15 URV (SET/93), EM CRUZ. REAIS	\$6.568,94	\$18.714,52
VALOR DE 3,72 URV (MÉDIA 4 MESES)	\$2.407,10	\$6.857,68
VALOR DO SALÁRIO FINAL EM REL. DATA BASE	36,64%	36,64%
PERDA SALARIAL RELATIVA A DATA BASE	63,36%	63,36%

Porém o que aconteceu foi que o valor que estava fixo em 1000 Cruzeiros Reais passa em 01/03/94 a \$2.407,10 cruzeiros reais e como o valor foi corrigido, em maio/94, os empregados recebem o correspondente a \$6.857,68 Cruzeiros Reais, uma vez que no período de março a maio/94 a inflação foi correspondente a 284,9%. Com isso, e sem as referências de preços, face a inflação astronômica do período, parecia a todos que haviam obtido ganho real, o que foi, na realidade, uma grande tungada, na ordem de 63,36%.

Não bastasse isso, durante os 8 anos do governo de Fernando Henrique Cardoso os bancários amargaram perdas salariais significativas, pois não obtiveram qualquer reajuste nos salários, embora tivesse havido uma inflação de 38,85% no primeiro mandato e 35,11% no segundo mandato, o que perfaz uma inflação acumulada de 87,60%. A luta contra a inflação era o mote do governo FHC para não concessão de qualquer aumento de salário, pois uma das ancoragens do plano econômico estava na política salarial, que não admitia a concessão de qualquer aumentos nos salários, sob o argumento de que isso poderia retroalimentar a temida inflação. Nessa época, os movimentos sindicais ficaram enfraquecidos, principalmente com a repressão muito forte que foi adotada contra os petroleiros, que inclusive seus líderes foram presos e demitidos, o sindicato sofreu muitas extorsivas, e a base teve os dias de greve descontados. Somou-se a isso uma grande propaganda que conseguiu induzir a que a maioria da população tivesse um sentimento de que o governo estava agindo certo ao tomar essas medidas.

Nesse contexto o empobrecimento dos bancários do Banco da Amazônia se explica, em grande parte, por esses movimentos e ai se enquadra inclusive os aposentados, que sofreram ainda muito mais, nesse período.

Deve ser observado que, nos períodos de grande inflação, mas quando não estavam em voga as políticas neoliberais, os bancários conseguiam a reposição anual de suas perdas, o que não aconteceu no período em que foram postas em vigor as reformas liberalizantes. Isso mostra que, independente do regime de governo (ditadura ou democracia), as perdas dos bancários se deram com a introdução do liberalismo econômico.

No governo Lula está havendo a reposição da inflação dos período de seu mandato, mas todas as perdas anteriores nesses vinte anos estão esquecidas. Em alguns lugares os bancários entraram com ações para obter as perdas causadas pela forma de conversão dos salários em URV.

(*) Engenheiro Civil, Empregado aposentado do Banco da Amazônia, Primeiro Presidente da Associação dos Empregados do Banco da Amazônia